FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica, Especialidade em Direito Constitucional

1. Nome da Unidade curricular:

Justiça Constitucional, turma B

2. Informação Complementar:

Duração: Anual
Horas de Trabalho: 504
Créditos ECTS: 18

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Ricardo Branco, 2 horas por semana

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

Não aplicável

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Constituindo a Justiça Constitucional o meio por excelência de garantir a Constituição de Estado de Direito, o estudo dos efeitos da decisão de inconstitucionalidade sobre os efeitos jurídicos inconstitucionais que com a mesma decisão se visa sancionar é tarefa central da dogmática constitucional atual.
Esta problemática, pondo em confronto o órgão de garantia da Constituição com os órgãos por si sancionados, convoca um arsenal teórico e dogmático relativo à garantia da Constituição, à separação de poderes e à *equi* ordenação das funções do Estado para cujo tratamento importa preparar os estudantes.
Conhecer pois este arsenal teórico e dogmático, no plano da literatura e da jurisprudência, constitui o objetivo principal do presente curso, tendo o ordenamento jurídico português por referência principal, mas apelando à comparação com outros ordenamentos e até ao estudo autónomo de questões relativas aos mesmos, sempre que a interconexão se justifique por aspetos ou objetivos em comum no âmbito da garantia da Constituição e da separação de poderes.

6. Conteúdos programáticos:

Os efeitos da decisão de inconstitucionalidade: Direito Português e lugares paralelos

I. Delimitação do objeto de estudo

1. A definição de decisão de inconstitucionalidade
2. A noção de efeitos da decisão de inconstitucionalidade como efeitos a produzirem-se no ato inconstitucional, em virtude da decisão de inconstitucionalidade
3. Tipicidade constitucional, legal ou jurisprudencial dos efeitos das decisões de inconstitucionalidade: princípios e problemas constitucionais em causa
4. A necessária relação do problema dos efeitos da decisão de inconstitucionalidade com os processos de fiscalização da constitucionalidade regulados no ordenamento e com o objeto do controlo.

II. Do ordenamento português à escolha dos lugares paralelos

1. O ordenamento português como ponto de partida do estudo, mas não como necessário ponto de chegada
2. As experiências alemã, italiana e espanhola como inspiradoras da prática jurisprudencial e da literatura em matéria de efeitos das decisões de inconstitucionalidade: a similitude essencial da justiça constitucional como elemento de garantia da Constituição

3. O importante lugar paralelo do Brasil: intercâmbio de quadros jurídicos numa língua comum, intercâmbio científico, inspirações, afastamentos e necessárias comparações
4. Os núcleos problemáticos comuns a todos os ordenamentos convocados, quanto aos efeitos da decisão de inconstitucionalidade: garantia da Constituição e separação de poderes.

III. Os efeitos da decisão de inconstitucionalidade

1. Fiscalização preventiva

1.0. Natureza do processo e fulcro conteudístico da pronúncia pela inconstitucionalidade
1.1. Efeitos típicos
1.2. A irrelevância prática de efeitos atípicos.

2. Fiscalização sucessiva abstrata

2.1. Efeitos gerais, constitucionalmente típicos, de produção vinculada e regulados na Constituição portuguesa
2.1.1. A força obrigatória geral como âmbito dos efeitos a serem produzidos na norma inconstitucional
2.1.2. *O dever geral de desaplicação retroativa da norma inconstitucional*
2.1.3. A intangibilidade do caso julgado pelo efeito retroativo
2.1.4. A repristinação
2.1.5. Caso julgado material e formal
2.1.6. Proibição de reprodução da norma inconstitucional.

2.2. Efeitos constitucionalmente previstos, mas de produção excecional e discricionária relativamente aos efeitos gerais
2.2.1. A tangibilidade do caso julgado inconstitucional menos favorável em matéria penal
2.2.2. A limitação dos efeitos retroativo e repristinatório constitucionalmente prevista
2.2.2.0. As razões constitucionalmente típicas formuladas com base em conceitos jurídicos indeterminados
2.2.2.1. Limitação do efeito repristinatório
2.2.2.2. Limitação do efeito retroativo: limitação, eliminação ou diferimento dos efeitos da inconstitucionalidade para o futuro?
2.2.3. Efeitos com previsão constitucional implícita no ordenamento português e com acolhimento na jurisprudência: a decorrência da inconstitucionalidade de partes explícitas ou implícitas de normas, bem como de interpretações alternativas de uma mesma norma
2.2.3.1. A invalidação de uma alternativa interpretativa de entre duas ou várias possíveis para uma norma
2.2.3.2. Efeitos textuais aditivos e redutivos
2.2.3.3. Efeitos normativamente redutivos e aditivos
2.2.3.4. Efeitos textual e normativamente substitutivos
2.2.3.5. Efeitos não acolhidos no ordenamento português, mas equacionados à luz dos ensinamentos de Direito Comparado: decisões de inconstitucionalidade sem declaração da mesma, contendo ou não um apelo ao legislador para sanação do vício: razões favoráveis e contrárias à sua produção

3. Fiscalização concreta

3.0. O significado do processo
3.1. Efeitos gerais e constitucional ou legalmente previstos
3.1.1. Desaplicação da norma inconstitucional no caso concreto

3.1.2. O dever de recurso para o Ministério Público

3.1.3. A aplicação ao caso concreto da única interpretação considerada conforme à Constituição pelo Tribunal Constitucional, no caso de inconstitucionalidade de uma de duas soluções interpretativas possíveis para um mesmo preceito

3.1.4. Caso julgado formal e material

3.2. Efeitos gerais ou excecionais determinados por interpretação sistemática da Constituição: o efeito repristinatório e a permissão normativa da sua limitação em fiscalização concreta

2.2.4. Efeitos com previsão constitucional implícita no ordenamento português e com acolhimento na jurisprudência: a decorrência da inconstitucionalidade de partes explícitas ou implícitas de normas e suas lacunas

3.2.3.1. Efeitos textuais aditivos e redutivos

3.2.3.2. Efeitos normativamente redutivos e aditivos

3.2.3.3. Efeitos textual e normativamente substitutivos

3.3. Efeitos não acolhidos no ordenamento português, mas equacionados à luz dos ensinamentos de Direito Comparado: decisões de inconstitucionalidade sem desaplicação da norma inconstitucional ao caso concreto.

4. *Fiscalização da inconstitucionalidade por omissão*

4.1. Pressupostos

4.2. O efeito típico e constitucionalmente único e vinculado: um mero efeito diagnóstico

4.3. Da difícil fronteira entre omissões inconstitucionais totais e parciais, absolutas e relativas: da inconstitucionalidade por omissão que afinal o é também por ação

4.4. Efeitos afastados pela Constituição, mas equacionáveis de *jure condendo*:

4.4.1. A condenação na emissão da norma

4.4.2. A aprovação de regimes jurídicos jurisdicionalmente substitutivos ou integrativos.

IV. Os núcleos problemáticos relativos aos efeitos da decisão de inconstitucionalidade

1. Previsibilidade e imprevisibilidade, reserva de Constituição, previsão legal e prática jurisprudencial
2. A construção *praeter constitutionem* de efeitos da decisão de inconstitucionalidade a bem da garantia da Constituição
3. Efeito da inconstitucionalidade, legislação negativa ou legislação positiva: a separação de poderes entre justiça constitucional e poderes normativos democraticamente legitimados
4. A separação de poderes entre jurisdição constitucional e jurisdição comum: inconstitucionalidade e determinação do Direito do caso

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

Os conteúdos programáticos propostos encontram-se na exata decorrência dos objetivos supra elencados, colhendo até inspiração em variadíssimas obras nacionais e estrangeiras que se propõem tratar a mesma problemática.

8. Metodologias de ensino:

As metodologias de ensino propostas passaram por: a) exposição em aula das problemáticas essenciais; b) análise de jurisprudência; c) análise de textos da literatura nacional e estrangeira sobre o tema, feita em aula; d) apresentações de temas, dentro dos conteúdos programáticos, pelos estudantes em aula.

9. Avaliação:

A avaliação resultará da participação voluntária dos estudantes em aula, bem como da classificação dada a um conjunto de uma ou mais apresentações orais sobre um tema escolhido e sua versão escrita em relatório.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

As metodologias propostas, nas suas várias vertentes, em substrato indicadas para abarcar a profundidade e a multiplicidade de perspetivas de um conteúdo programático como o proposto e dos objetivos visados.

11. Bibliografia principal:

AA.VV. *As sentenças intermédias da justiça constitucional*, Lisboa: AAFDL, 2009.

ABBOUD, Georges – "Modulação de efeitos como categoria consequencialista: das funções tradicionais às contemporâneas", in *Suprema: revista de estudos constitucionais*, Brasília, v. 1, n. 2, jul./dez. 2021, pp. 363 e ss..

— Processo constitucional brasileiro, 5. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2025.

ANGIOLINI, Vittorio — "L'interpretazione conforme nel giudizio sulle leggi", in *Interpretazione conforme e tecniche argomentative* (org. M. D'Amico e B. Randazzo), Torino: Giappichelli, 2009, pp. 7 ss.

ANZON, Adele — "Nuove tecniche decisorie della Corte costituzionale", in *Giurisprudenza Costituzionale*, 1992, pp. 3199 e ss.

—"L'additiva 'di principio' nei giudizi in via principale", in *Giurisprudenza Costituzionale*, 1993, II.

ARNALDO ALCUBILLA, Enrique — "*La limitación de efectos de las sentencias del Tribunal Constitucional en materia tributaria*" in Gonçalo de Almeida Ribeiro (org.) *Estudos em homenagem ao Conselheiro Presidente João Caupers*, Coimbra: Almedina, 2025, Vol. I, p. 487-497.

BARROSO, Luís Roberto - *O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro*, 10.ª Edição, São Paulo: SaraivaJur, 2026.

BENDA, Ernst/Klein, Eckart — *Lehrbuch des Verfassungsprozeßrechts*, Heidelberg: F. C. Müller, 1991.

BETTERMANN, Karl-August — *Die verfassungskonforme Auslegung: Grenzen und Gefahren*, Heidelberg: C. F. Muller Juristischer Verlag, 1986.

— "Richterliche Normenkontrolle als negative Gesetzgebung?", in *Deutsches Verwaltungsblatt*, Vol. 97, 1982, pp. 91 e ss.

BRANCA, Giuseppe — "L'illegittimità parziale nelle sentenze della corte costituzionale", in *La Giustizia costituzionale: atti di una tavola rotonda* (a cura di G. Maranini), Firenze: Vallechi Editore, 1996.

BRANCO, Ricardo – O *efeito aditivo da declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral*, Coimbra: Coimbra Editora, 2009.

BRITO, Mário de — "Sobre as Decisões Interpretativas do Tribunal Constitucional", in *Revista do Ministério Público*, ano 16.º, Abril-Junho 1995.

— "Ainda Sobre as Decisões Interpretativas do Tribunal Constitucional", in *Estudos em Homenagem à Professora Doutora Isabel de Magalhães Collaço*, II, Coimbra, 2003, pp. 725 e ss.

BRITO, Miguel Nogueira de/Costa, Joaquim Pedro Cardoso da/Araújo, António – "A execução das decisões do Tribunal Constitucional pelo legislador" in *Sub Judice: Ideias*, n.os 20-21, 2001.

BRÜNNECK, Wiltraut Rupp v. — "Darf das Bundesverfassungsgericht an den Gesetzgeber appellieren?", in *Festschrift für Gebhard Müller*, Tübingen, Mohr, 1970, pp. 355 e ss.

CANAS, Vitalino — Justiça Constitucional I. De Bonham à constituição prima facie, certezas e inquietações, 2.ª edição, AAFDL, Lisboa, 2026.

— *Introdução às decisões de provimento do Tribunal Constitucional: conteúdo, objecto, efeitos,* 2.ª ed., Lisboa: AAFDL, 1994.

— "O Ministério Público e a defesa da Constituição", in *Revista do Ministério Público*, ano 5.º, vol. 20, 1984, pp. 41 e ss..

— "Os efeitos das decisões do Tribunal Constitucional: a garantia da segurança jurídica, da equidade e do interesse público", in *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, n.º 2 (Jul./Dez. 2003), pp. 225 e ss.

— "O Tribunal Constitucional: órgão de garantia da segurança jurídica, da equidade e do interesse público de excepcional relevo", in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Armando Marques Guedes*, Coimbra Editora: Coimbra, 2004, pp. 107 e ss..

CANOTILHO, José Joaquim Gomes — *Direito Constitucional e Teoria da Constituição,* 7.ª ed., Coimbra: Almedina, 2003.

CANOTILHO, J. J. GOMES/MOREIRA, Vital — *Constituição da República Portuguesa Anotada,* I, 4.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2007.

— *Constituição da República Portuguesa Anotada,* II, 4.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2010.

CARNEVALE, Paolo – "La declaratoria di illegittimità costituzionale 'differita' fra l'esigenza di salvaguardia del modello incidentale e il problema dell'auto-attribuzione di potere da parte del giudice delle leggi", in *Diritto pubblico* - A. 21, n. 2 (mag.-ago. 2015), pp. 389 e ss.

CASTRO, Carlos Roberto Siqueira – "Da declaração de inconstitucionalidade e seus efeitos em face das Leis 9.868 e 9.882/99", in Daniel Sarmento (org.). *O controle de constitucionalidade e a Lei 9.868/99*. Rio de Janeiro: LumenJuris, 2001.

CATELANI, Elisabetta — "Tecniche processuali e rapporto tra Corte costituzionale e Parlamento — Spunti in margine alla dichiarazione di illegittimità costituzionale de meccanismo", in *Quaderni Costituzionale*, 1994, pp. 148 e ss.

CERRI, Augusto — *Corso di Giustizia Costituzionale*, 5.ª ed., Milano: Giuffrè, 2010.

— "Violazione del principio di eguaglianza ed intervento della Corte Costituzionale", in *Giurisprudenza costituzionale*, 1968, I.

— "Il bilanciamento degli effetti della decisione che dichiara l'incostituzionalità della legge ad un punto critico", in *Giurisprudenza costituzionale*, A. 66, n. 2 (mar.-apr. 2021), pp. 1071 e ss.

COLAPIETRO, Carlo — *Le sentenze additive e sostitutive della Corte Costituzionale*, Pisa: Pacini, 1990.

CORREIA, Fernando Alves - «Força vinculativa das decisões do Tribunal Constitucional português» in*: Estudos em homenagem à Professora Doutora Maria da Glória F.P.D. Garcia* (org. Mário Aroso de Almeida | Pedro Machete | Filipa Urbano Calvão | António Cortês | Raquel Carvalho | Luís Fábrica | Marta Portocarrero | Jorge Pereira da Silva | Maria d´Oliveira Martins | Armando Rocha), Lisboa: UCP Editora, 2023, Vol. I, pp. 751 e ss..

COSTA, José Manuel M. Cardoso da – «O artigo 282.º, n.º 3, segunda parte, da Constituição da República: a discricionaridade judicial enquanto vinculação», in: *Estudos em homenagem à Professora Doutora Maria Helena Brito*

(org. Anabela de Sousa Gonçalves/Armindo Ribeiro Mendes/Dário Moura Vicente/Mariana França Gouveia/Rui de Moura Ramos/Vítor Pereira das Neves), Lisboa: Gestelegal, 2022, Vol. I, pp. 1017 e ss..

CRISAFULLI, Vezio — "Disposizione (e norma)", in *Enc. Dir*., XIII, Milano, 1964, p. 196.
— *Lezioni di Diritto Costituzionale*, II, 2ª ed., Padova: Cedam, 1984.

— "«Riproduzione» o «conferma» di norme dichiarate incostituzionali", in *Giurisprudenza Costituzionale*, 1966, I. pp. 1112 e ss.

— "Le sentenze interpretative della Corte costituzionale", in *Rivista trimestrale di Diritto e procedura civile*, Anno XXI, no. 1, 1967, pp. 1 e ss.

— "Questioni in tema di interpretazione della Corte costituzionale nei confronti con l'interpretazione giudiziaria", in *Giurisprudenza costituzionale*, 1956, pp. 929 ss.

— "Ancora delle sentenze interpretative dirigetto della Corte costituzionale", in *Giurisprudenza Costituzionale*, 1965, pp. 91 e ss.

— "Giustizia costituzionale e potere legislativo", in *Scritti in onore di Costantino Mortati*, IV, Milano: Giufrè, 1977, pp. 129-147.

— "La Corte Costituzionali ha vent'anni", in *La Corte Costituzionale tra norma giuridica e realtàsociale*, Bologna: Il Mulino, 1978.

D'amico, Marilisa — "Sulla 'costituzionalità' delle decisioni manipolative in materia penale", in *Giurisprudenza Italiana*, 1990, IV, pp. 260 e ss.

— "Un nuovo modelo di sentenza costituzionale?", in *Giurisprudenza Costituzionale*, 1993, pp. 1803 e ss.

— "Una vistosa motivazione in tema di efficacia temporale delle decisione di incostituzionalità" in «*Quaderni costituzionali*, A. 40, n. 1 (mar. 2020), pp. 141 e ss.

DÍAZ REVORIO, Francisco Javier — *Las Sentencias Interpretativas del Tribunal Constitucional*. *Significado, tipologia, efectos y legitimidad. Analisis especial de las sentencias aditivas*, Madrid: Lex Nova, 2001.

DOLSO, Gian Paolo — "Le Sentenze Additivedi Principio: Profili Ricostrutivi e Prospettive", in *Giurisprudenza Costituzionale*, 1999, VI. D'orazio, Giustino — "Le sentenze costituzionali additive tra esaltazione e contestazione", in *Rivista Trimestrale di diritto Pubblico*, ano XLII, n.º 1, 1992.

DUNI, Giovanni — "L'oggetto dei giudizi di costituzionalità e la problematica dei dispositivi additivi. Additività testuale e additività normativa", in *Scritti in onore di Costantino Mortati*, IV, Milano: Giuffrè, 1977.

DÜRRSCHMIDT, Daniel — "Rechtsfolgenentscheidungen des Bundesverfassungsgerichts bei »Normenkontrollen« und effektiver Rechtsschutz", in *Archiv des öffentlichen Rechts*, Vol. 147, no. 1 (2022), pp. 70 e ss.

ELIA, Leopoldo — "Le sentenze additive e la più recente giurisprudenza della Corte Costituzionale", in *Scritti su la Giustizia Costituzionale in onore di Vezio Crìsafulli*, I, Padova: Cedam, 1985.

— "Sentenze interpretative di norme costituzionali e vincolo dei giudici", in *Giurisprudenza Costituzionale,* 1966, pp. 1719 e ss.

ESPOSITO, Mario — «Il potere deliberativo della Corte costituzionale sulle sentenze interpretative dellla Corte di giustizia», in *Giurisprudenza Costituzionale*, A. 62, n. 1 (gen.-feb. 2017), pp. 186 e ss..

FERNANDES, André Dias - *Modulação de Efeitos e Decisões Manipulativas no Controle de Constitucionalidade Brasileiro: Possibilidades, Limites e Parâmetros*. Salvador: Editora JusPodivm, 2018.

- *Eficácia das Decisões do STF em ADIN e ADC: Efeito Vinculante, Coisa Julgada Erga Omnes e Eficácia Erga Omnes*. Salvador: JusPodivm, 2009.

FERNÁNDEZ SÁNCHEZ, Pedro – "A não vinculação do juiz comum às decisões do Tribunal Constitucional sobre a restrição de efeitos de declarações de inconstitucionalidade com força obrigatória geral: a propósito do Acórdão do STA de 20 de Novembro de 2014", in *O direito*. - ISSN 0873-4372. - A. 147, n.º 2 (2015), pp. 363 e ss.

FRENZ, Walter — *Die Rechtsfolgenregelung durch das Bundesverfassungsgericht bei verfassungswidrigen Gesetzen,* in *Die Öffentliche Verwaltung,* vol. 46, 1993, pp. 847 e ss.

GIANGASPERO, P. — "Diritto alla salute e la sperimentazione clínica in una 'additiva di principio' anómala", in *Giurisprudenza Costituzionale*, 1998, pp. 2805 ss.

GROSSO, Enrico — "La sent. n.° 88 del 1992: un'alternativa alle «additive di prestazione»?", in *Giurisprudenza Costituzionale*, 1992, III, p. 2375.

— "Il rinvio a data fissa nell'ordinanza n. 207/2018 : originale condotta processuale, nuova regola processuale o innovativa tecnica di giudizio?", in *Quaderni costituzionali*., A. 39, n. 3 (set. 2019), pp. 531 e ss.

GUAZZAROTTI, Andrea — "Implicazioni e potenzialità delle sentenze additive di principio", in *Giurisprudenza Costituzionale*, 2001, V, pp. 2798 e ss.

HEIN, Peter — *Die Unvereinbarerklärung verfassungswidriger Gesetze durch das Bundesverfassungsgericht – Grundlagen, Anwendungsbereich, Rechtsfolgen*, Baden-Baden: Nomos, 1988.

KELSEN, Hans — "A garantia constitucional da Constituição: a Justiça Constitucional" (trad. do original em língua francesa "La garantie juridictionelle de la Constitution (La Justice constitutionelle)" publicado na *Revue du Droit Public et de la Science Politique en France et à l'Étranger*, tomo XLV, 1928), in *Sub Judice,* n.os 20/21, 2001, pp. 9-32.

— "Le contrôle de constitutionnalité des lois: une étude comparative des constitutions autrichienne et américaine", in *Revue française de droit constitutionnel*, Paris, n.º 1 (1990), pp. 17-30.

KLEUKER, Mathias - *Gesetzgebungsaufträge des Bundesverfassungsgerichts*, [S.l.] : Duncker & Humblot, 1993.

KORIOTH, Stefan — "Bundesverfassungsgericht und Rechtsprechung (Fachgerichte)", in *Festschrift 50 Jahre Bundesverfassungsgericht* (Hrsg. P. Badura/H. Deier), vol. I, 2001, pp. 55 e ss.

LANCEIRO, Rui Tavares - «A manipulação de efeitos da declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral, à luz do artigo 282.º, n.º 4, da Constituição, pelo Tribunal Constitucional», in *Estudos em homenagem ao Conselheiro Presidente Rui Moura Ramos* (org. de Maria Lúcia Amaral), Coimbra: Almedina, 2016, Vol. 1, pp. 489 e ss.

LAVAGNA, Carlo — "Sulle sentenze additive della Corte Costituzionale", in *Scritti in onore di Gaspare Ambrosini*, II, Milano: Giufrè, 1970, pp. 793 e ss.

— "Considerazioni sulla inesistenza di questioni di legittimità costituzionale e sulla interpretazione adeguatrice", in *Il Foro Italiano*, 1959, I.

LUCIANI, Massimo — "Le funzioni sistemiche della Corte costituzionale, oggi, e l'interpretazione «conforme a»", in *Studi in onore di Giuseppe G. Floridia*, Napoli: Jovene. 2009, pp. 4 e ss..

MAGNON, Xavier – "La modulation des effets dans le temps des décisions du juge constitutionnel: les effets des décisions des juridictions constitutionnelles", in *Annuaire international de justice constitutionnelle*. - ISSN 0995-3817. - N.º 27 (2011), pp. 557 e ss..

MALFATTI, Elena/PANIZZA, Saulle/ROMBOLI, Roberto — *Giustizia Costituzionale, VIII Edizione,* Torino: G. Giappichelli, 2024.

MAZZAROLL, Ludovico A. — *Il giudice delle leggi tra predeterminazione costituzionale e creatività,* Padova: CEDAM, 2000.

MEDEIROS, Rui — *A Decisão de Inconstitucionalidade. Os Autores, o Conteúdo e os Efeitos da Decisão de Inconstitucionalidade,* Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1999.

— *A Constituição Portuguesa num Contexto Global,* Lisboa: UCP, 2015.

MENDES, Gilmar Ferreira - «As decisões no controlo de constitucionalidade de normas e seus efeitos», in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Vol. 47, n.º 1-2 (2006), pp. 187 e ss..

— Controle de Constitucionalidade: Aspectos Jurídicos e Políticos, 2.ª Edição, São Paulo: SaraivaJur, 2024.

— *Jurisdição Constitucional,* São Paulo: Saraiva, 2009.

— *Controle Abstrato de Constitucionalidade: ADI, ADC e ADO, São Paulo: Saraiva, 2012.*

MENDES, Gilmar Ferreira/BRANCO, Paulo Gonet – "Aspetos da jurisdição constitucional : efeitos da decisão de inconstitucionalidade no plano do ato singular" in: *Novos estudos sobre a constituição portuguesa : uma constituição do século XXI* (coord. Jorge Miranda/Vitalino Canas/Maria Lúcia Amaral), Vol. II, Coimbra: Almedina, 2025, pp. 505 e ss.

MIRANDA, Jorge — Fiscalização da Constitucionalidade, 2.ª Edição, Coimbra: Almedina, 2022.

MIRANDA, Jorge/MEDEIROS, Rui (orgs.) — *Constituição Portuguesa Anotada,* vol. III, 2.ª ed., Lisboa: UCE, 2020.

MITIDIERO, Daniel - Superação para frente e modulação de efeitos: precedente e controle de constitucionalidade no direito brasileiro, 1. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

Modugno, Franco — "Corollari del principio di 'legittimità costituzionale' e sentenze 'sostitutive' della Corte", in *Giurisprudenza Costituzionale*, 1969, I.

— "Ancora Sui Controversi Rapporti tra Corte Costituzionale e Potere Legislativo" in *Giurisprudenza Costituzionale,* 1998, 19.

Modugno, Franco/Carnevale, Paolo — "Sentenze additive, 'soluzione costituzionalmente obbligata' e declaratoria di inammissibilità per mancata indicazione del 'verso' della richiesta addizione" in *Giudizio "a quo" e promovimento del processo costituzionale*, Milano: Giuffrè, 1990.

MONTEIRO, Arthur Máximus - *Controle de Constitucionalidade das Omissões Legislativas,* Curitiba: Juruá, 2015.

- *Sobrecarga Processual do STF: Crítica à Abstratização dos Efeitos do Controle Concreto de Constitucionalidade e Alternativas de Racionalização,* Lisboa: BFDUL, 2019.

MONTESANO, Luigi — "Le Sentenze Costituzionali e l'individuzione delle norme", in *Rivista di Diritto Processuali*, vol. XVIII, 1963, pp. 21 e ss.

— "Sulle sentenze di incostituzionalità «interpretative»", in *Giurisprudenza Italiana*, 1969, IV, pp. 21 e ss.

MORAIS, Carlos Blanco de – "Insuficiências dos efeitos inter partes das decisões de inconstitucionalidade em controle concreto na ordem jurídica portuguesa", in *Perspectivas de Reforma da Jurisdição constitucional no Brasil e em Portugal* (coordenadores: Elival da Silva Ramos/Carlos Blanco de Morais), São Paulo: Almedina, 2012.

— *Justiça Constitucional*, I, 2.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2006.

— *Justiça Constitucional,* II – *O Direito do Contencioso Constitucional*, 2.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2011.

MORTATI, Costantino — "Appunti per uno studio sui rimedi giurisdizionali contro comportamenti omissìvi del legislatore", in *Raccolta di Scritti*, III, Milano: Giufrè, 1972.

OTERO, Paulo —*Ensaio sobre o Caso Julgado Inconstitucioal,* Lisboa: LEX, 1993.

PALAZZO, Nausica – "La Corte costituzionale legislatore" in *Rivista trimestrale di diritto pubbl*ico, N. 1 (2023), p. 189 e ss..

PARODI, Gianpaolo — "Le sentenze additive di principio", in *Foro Italiano*, 1998, V, pp. 160 e ss.

— *La sentenza additiva a dispositivo generico*, Torino: Giappichelli, 1996.

PICARDI, Nicola — "Le sentenze 'integrative' della Corte Costituzionale", in *Scritti in onore di Costantino Mortati,* Roma, IV, 1977.

PEREIRA, Rui, «A relevância da lei penal inconstitucional de conteúdo mais favorável ao arguido», in *Revista Portuguesa de Ciência Criminal a.1 n.1* (Jan.-Mar. 1991), pp. 55 e ss..

PINARDI, Roberto – "Governare il tempo (e i suoi effetti) : le sentenze di accoglimento nella più recente giurisprudenza costituzionale" in *Quaderni costituzionali*, A. 42, n. 1 (mar. 2022), pp. 43 e ss..

POLITI, Fabrizio —"Effetti di una sentenza aditiva di principio (comportanti maggiori spese) e giudizio di ragionevolezza: le esigenze del bilancio e la sempre Maggiore imprevedibilità dell'esito, del giudizio di costituzionalità", in *Giurisprudenza Costituzionale*, 1996.

— "Principio di continuità dell'ordinamento giuridico e dovere di eliminazione delle norme incostituzionali: "giusta preoccupazione" e "eccessivo timore"», in *Giurisprudenza Costituzionale*. - Vol. XXXVII , t. 4 (1992), pp. 3171 e ss..

QUEIROZ, Cristina — *A relação entre o Tribunal Constitucional e a justiça comum no processo de controle concreto de normas: em particular, o caso das sentenças interpretativas*, Coimbra : Coimbra Editora, 2012

REPETTO, Giorgio – "Interventi additivi della Corte costituzionale e ragionevolezza delle scelte legislative in un'ordinanza anticipatrice di incostituzionalità", in *Giurisprudenza Costituzionale*, A. 63, n. 6 (nov.-dic. 2018), pp. 2487 e ss..

RIBEIRO, Joaquim de Sousa - «O diferimento da eficácia no tempo da declaração de inconstitucionalidade, in: *Estudos em homenagem ao Conselheiro Presidente Rui Moura Ramos* (org. Maria Lúcia Amaral), Coimbra: Almedina, 2016, Vol. 1, pp. 195 e ss..

RIZZONI, Giovanni – "Il seguito in Parlamento delle sentenze della Corte costituzionale: tendenze recenti e prospettive evolutive", in *Quaderni costituzionali*, A. 43, n. 4 (dic. 2023), pp. 845 e ss..

ROMBOLI, Roberto — "Dichiarazione de incostituzionalità con delega al Parlamento", in *Foro Italiano*, 1993, pp. 4 e ss.

RUGGERI, Antonio/SPADARO, Antonino — *Lineamenti di Giustizia Costituzionale, 7.ª* ed., Torino: G. Giappichelli, 2022.

SACHS, Michael — "Teilnichtigerklärung: von der Kassation zur Gesetzesneugestaltungdurch das Bundesverfassungsgericht", in *DeutschesVerwaltungsblatt*, vol. 94, 1979, pp. 389 e ss.

— *Verfassungsprozessrecht*, 4., aktualisierte Auflage, Tübingen: Mohr Siebeck, 2016.

SALAZAR, Carmela — "Guerra e Pace» Nel Rapporto Corte-Parlamento: Riflessioni su Pecche e Virtú delle Additive «Di Principio» Quali Decisioni Atte a Rimediarealle «Omissioni Incostituzionali del Legislatore", In *Corte Costituzionale e Parlamento — Profili Problematici e Ricostruttivi*, Giufrè: Milano, 2000, pp. 253-287.

SARMENTO, Daniel - "A Eficácia Temporal das Decisões no Controle de Constitucionalidade" *in* José Adércio Leite Sampaio e Álvaro Ricardo de Souza Cruz (coordenadores), in *Hermenêutica e Jurisdição Constitucional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SCHLAICH, Klaus/Korioth, Stefan — *Das Bundesverfassungsgericht — Stellung, Verfahren, Entscheidungen*, 12. Auflage, München: Beck, 2021.

SCHULTE, Martin — "Appellentscheidungen des Bundesverfassungsgerichts", in *Deutsches Verwaltungsblatt*, 1988.

SILVA, Jorge Pereira da — *Dever de Legislar e Protecção contra Omissões Legislativas,* Lisboa: UCP, 2003.

SILVESTRI, Gaetano — "Le sentenze normative della Corte Costituzionale", in *Scritti sulla Giustizia Costituzionale in Onore di Vezio Crisafulli*, Padova, 1985.

— "Legge", in "Controlo di Constituzionalità", in *N. Digesto de Diritto Pubblico*, IX, Torino, 1994, pp. 31 e ss.

SKOURIS, Wassilius — *Teilnichtigkeit von Gesetzen*, Berlin: Duncker & Umblot, 1973.

STRECK, Lênio Luiz, *Jurisdição Constitucional*. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

TOMBA, Caterina - Il "depotenziamento"dell'obbligo di interpretazione conforme a Costituzione : un "nuovo" riflesso sulle tecniche decisorie?...», in *Giurisprudenza Costituzionale*, A. 60, n. 6 (nov.-dic. 2015), pp. 2063 e ss..

URBANO, Maria Benedita — "Sentenças intermédias: para além de Kelsen mas ainda aquém de uma nova teoria da separação dos poderes", in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Joaquim Gomes Canotilho,* II, Coimbra: Coimbra Editora, 2012. pp. 691 e ss.

— *Curso de justiça constitucional : evolução histórica e modelos do controlo da constitucionalidade*, 2.ª ed. - Coimbra : Almedina, 2016.

VALLE, Jaime - *A Fiscalização Preventiva no Sistema Português de Controlo da Constitucionalidade*, Coimbra: Almedina, 2021.

VOSSKUHLE, Andreas — "Theorie und Praxis der verfassungskonformen Auslegung von Gesetzen durch Fachgerichte Kritische Bestands aufnahme und Versucheiner Neubestimmung", in *Archiv des Öffentlichen Rechts*, vol. 125, n.º 2, 2000, pp. 177 e ss.

ZAGREBELSKY, Gustavo/MARCENÒ, Valeria - *Giustizia costituzionale : oggetti, procedimenti, decisioni / Gustavo Zagrebelsky, Valeria Marcenò.* 2.ª. - Bologna : Il Mulino, 2018.

ZUCK, Rüdiger — "Die Bindungswirkung von Kammerentscheidungen des Bundesverfassungsgerichts", in *Europäische Grundrechte Zeitschrift.* , Jg. 45, hf. 21-23 (Dez. 2018), pp. 619e ss..

12. Observações:

(máximo 1000 caracteres)

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.

Curricular Unit Sheet

Course _____

1. Curricular Unit Name:

(maximun 1000 characters)

2. Complementary Information:

Duration: Semester ☐ Annual ☐
Work hours: _____
Credits ECTS: _____

3. Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit:

(maximun 100 characters)

4. Other academic staff and respective workloads in the curricular unit:

(maximun 1000 characters)

5. Learning outcomes of the curricular unit:

(maximun 1000 characters)

6. Syllabus:

(maximun 1000 characters)

7. Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:

(maximun 1000 characters)

8. Teaching methodologies (including evaluation):

(maximun 1000 characters)

9. Evaluation:

(maximun 3000 characters)

10: Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:

(maximun 1000 characters)

11: Main Bibliography:

(maximun 1000 characters)

12: Remarks:

(maximun 1000 characters)

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.